

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

A viagem dos elefantes

Hoje quero falar sobre elefantes. Sei que a morte epidêmica cobre o mundo de sombras, sei que há desmandos, arbítrio, horror, que tudo isso merece nossa máxima atenção, mas peço licença para falar sobre elefantes. Não do elefante em sua carnadura genérica, não da nossa incerta ideia de elefante, isso não. O que cativa no momento minha concentração são elefantes específicos, quinze indivíduos-elefantes que fugiram de sua reserva natural e agora vagueiam por populosas províncias chinesas causando pasmo e sobressalto. Vagueiam há mais de um ano sem rumo e sem razão, até onde sabemos, mas é certo que nunca bem compreendemos a razão dos elefantes. “Entre falar e calar, um elefante sempre preferirá o silêncio”, já previu Saramago.

A notícia poderia se confundir com um desses acontecimentos frívolos que insistem em atravessar nossos graves e sérios, uma dessas histórias insólitas que nos distraem e nos alienam – e, sim, é bem capaz que não passe disso. Mas se destilo aqui algumas frases a respeito, é por achar que podemos sorver mais, que nesse caso pode haver algo de delicado e surpreendente a nos nutrir. Ou então por guardar a convicção, na esteira do grande crítico Auerbach, de que “qualquer acontecimento, se for possível exprimi-lo limpo e integralmente, interpretaria por inteiro a si próprio e aos seres humanos que dele participassem”, sendo esse um dos fins últimos da literatura. *Aí está, na falta da razão dos elefantes encontrei a minha: escrevo sobre eles porque talvez possam dizer algo sobre nós, sobre nossa vontade de fugir, nossa ânsia por liberdade, dispersão, desterro.*

Menos que fugir, esses elefantes exploram novos mundos, aventuram-se em novos territórios. São capazes de pisar o desconhecido sem achar que tudo sabem de partida, que não haverá nada para ver na próxima pradaria, nada que não resulte temível ou doentio. O mundo é ainda franco e aberto aos elefantes, o mundo é para eles o que talvez tenha chegado a ser para nós, em dia longínquo, prenhe de futuro. Têm ainda uma chance os elefantes, é isso o que descubro, é isso o que invejo ao vê-los vagar, entendendo enfim meu interesse excessivo.

(Adaptado de: FUKS, Julián. **Lembremos do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 103-106, *passim*)

1. No 1º parágrafo de sua crônica, o autor explica que vai falar sobre esses quinze elefantes
 - (A) por considerar que os acontecimentos sombrios que afligem os humanos perdem toda a relevância diante da forma como vivem os animais dessa espécie.
 - (B) por se sentir atraído e provocado pelas insondáveis razões da iniciativa que tomou esse bando específico, ao vagar sem destino certo por províncias chinesas.
 - (C) para interpretar o concentrado silêncio que caracteriza o comportamento geral dessa espécie, como bem já teria observado o escritor Saramago.
 - (D) para esclarecer, a partir do comportamento desses indivíduos singulares, os atributos mais específicos que costumamos atribuir à sua espécie.
 - (E) por achar que a reação de pasmo e sobressalto, provocada pela fuga de um bando deles, deveu-se mais ao seu intrigante silêncio do que a violências eventuais.

2. No 2º parágrafo, a citação da frase do crítico Auerbach ressalta a convicção do cronista de que esse episódio dos elefantes
 - (A) levou-o a considerar que nosso interesse pela trivialidade da fuga dos animais deriva de nossa justificável alienação.
 - (B) ilustra bem o fato de que todo evento que espicaça nossa curiosidade, por frívolo que seja, contém uma lição de moralidade.
 - (C) mostra como a literatura é capaz de promover mínimos incidentes a eventos de grandiosa e abrangente repercussão.
 - (D) ganha alta significação se analisado e interpretado competentemente em seu vínculo com uma necessidade humana.
 - (E) encontra alguma razão de ser no imaginário mesmo de um escritor que se disponha a especular sobre o evento.

3. No 3º parágrafo do texto, o cronista conclui, como sugestiva e proveitosa lição para todos nós, que
 - (A) a razão da fuga dos elefantes prende-se analogamente ao motivo que produz as sucessivas migrações contemporâneas.
 - (B) a iniciativa dos elefantes decorre de impulsos já programados por sua natureza, a que obedecem cegamente, sem qualquer expectativa.
 - (C) o movimento dos elefantes cumpre a livre empreitada exploratória de quem avança por caminhos sem qualquer prevenção.
 - (D) a desconfiança que alimentamos em relação ao futuro impede que entendamos a obsessão dos elefantes em cumprir seu destino.
 - (E) a liberdade que os elefantes encontram nas pradarias faz ver quão estreitos são os limites urbanos que nos comprimem.

4. Ocorre adequada compreensão do sentido contextual de um elemento dessa crônica ao se afirmar que a expressão
 - (A) *em sua carnadura genérica* (1º parágrafo) tem o valor de “em sua significação simbólica”.
 - (B) *acontecimentos frívolos* (2º parágrafo) constitui uma classificação à qual o cronista adere ao longo de todo o texto.
 - (C) *destilo aqui algumas frases* (2º parágrafo) sugere o alto valor que empresta o autor ao seu estilo.
 - (D) *na esteira do grande crítico* (2º parágrafo) afirma uma simples coincidência de pensamentos originais.
 - (E) *Menos que fugir* (3º parágrafo) adverte para o fato de haver um propósito outro, distinto do aparente.



5. As normas de concordância estão plenamente observadas na frase:
- (A) Podem-se extrair várias sugestões da viagem desses elefantes, que deixa entrever lições preciosas da natureza.
 - (B) Nenhum desses acontecimentos frívolos impedem que lhes sejam atribuídos um sentido simbólico.
 - (C) A falta de razão para as viagens dos elefantes aparentemente sem rumo em nada obstam que o cronista as interprete.
 - (D) Ao se atirar na direção de novos mundos, os elefantes tem demonstrado sua fé nas surpresas do caminho.
 - (E) Não caberiam aos leitores concluir que o movimento dos elefantes apenas atendem a imperativos da natureza?
-
6. A viagem dos elefantes, à qual recorre o cronista, suscita leituras simbólicas. Mantém-se correta a expressão sublinhada na frase acima caso se substitua a forma verbal **recorre** por
- (A) se manifesta
 - (B) se até
 - (C) se vale
 - (D) se cogita
 - (E) se socorre
-
7. No 2º parágrafo, o segmento *é bem capaz que não passe disso* pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido da frase em que se encontra, por:
- (A) provavelmente isso tem mais alcance.
 - (B) quem sabe ainda vá um pouco além.
 - (C) oxalá não pretenda mais que isso.
 - (D) é possível que mais não seja.
 - (E) é aceitável que nada ultrapasse.

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 13, baseie-se no texto abaixo.

Escritos de Einstein

O grande físico Albert Einstein não se limitou estritamente a pensar sua ciência: dedicou-se também, nos últimos vinte anos de sua vida, a registrar suas reflexões e opiniões sobre os mais variados assuntos. Ler esses seus artigos é usufruir da oportunidade singular de ver com que clareza ele aborda questões profundas como o significado da ciência, as ideias fundamentais da relatividade, as ligações entre ciência, religião e ética, a paz mundial, os riscos de destruição da humanidade e os direitos das minorias perseguidas.

De suas convicções e crenças ressaltam preocupações com a decadência moral, com a defesa e a preservação da liberdade humana e com os compromissos éticos dos cientistas. O autor não se furta a abordar o tema polêmico das relações entre ciência e religião, para, demarcando os respectivos domínios de ação, registrar a dimensão religiosa de sua visão de mundo – que não incorporava a ideia de um Deus pessoal, construído à nossa imagem e semelhança.

Os métodos educacionais repressivos e impositivos vão merecer de Einstein críticas acerbas: o autor defende uma educação fundada na liberdade, no estímulo à criatividade e à responsabilidade coletiva dos jovens. Ressalta sempre que sua condição de cientista ou de celebridade não lhe confere, nas questões de que trata, direitos distintos nem competência particular acima de outros homens e mulheres.

Frequentemente criticado, de um lado, pelos conservadores – acusado de defensor do comunismo – e de outro pela esquerda dogmática, que o vê como ingênuo e incapaz de entender as imposições da luta de classes, Einstein faz sua profissão de fé por um socialismo fundado na liberdade e não deixa de criticar o consumismo nem de atacar com vigor o cerceamento à liberdade nos regimes totalitários.

(Adaptado da “orelha” (sem indicação autoral) de EINSTEN, Albert. **Escritos da maturidade**. Trad, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994)

8. Ao abordar, na plena maturidade, assuntos gerais que transcendiam o estrito campo da Física, Einstein
- (A) foi aclamado por radicais de ideologias contrárias, por conta de suas flutuantes adesões.
 - (B) foi contraditado por quem passou a ver nele apenas um cientista ingênuo e incompetente.
 - (C) assumiu a condição de um intelectual versátil que suplantou um físico de valor relativo.
 - (D) revelou-se um cientista seriamente comprometido com a defesa dos valores humanos.
 - (E) integrou o campo político dos intelectuais que militaram nas trincheiras revolucionárias.
-
9. Ao abordar o tema polêmico das relações entre ciência e religião, o grande físico
- (A) reservou-se o direito de negar a distinção corrente entre a imagem de Deus e a de um cientista criador.
 - (B) considerou a inegável vantagem do pensamento racionalista sobre os testemunhos de fé religiosa.
 - (C) adotou a posição ambígua de um religioso que submete sua fé às comprovações próprias da ciência.
 - (D) julgou estereis as divergências, preferindo salvaguardar os valores tradicionais em que uma e outra se baseiam.
 - (E) colocou-se na perspectiva de quem assumia o âmbito de uma religiosidade à margem do personalismo divino.
-
10. Da leitura do último parágrafo do texto, depreende-se que Einstein
- (A) frustrava os políticos mais conservadores a cada vez que parecia condescender com os valores dos regimes autoritários.
 - (B) considerava o consumismo como uma tendência crescente entre aqueles que promoviam intransigentemente a luta de classes.
 - (C) posicionava-se contra tendências políticas já polarizadas, acionando a liberdade de crítica e a busca de justiça social.
 - (D) amparava-se nas teses mais extremadas do socialismo para evitar que os comunistas impusessem sua visão de luta de classes.
 - (E) combatia os dogmatismos tanto dos conservadores quanto dos socialistas, por estarem comprometidos ambos com um poder totalitário.



11. Os métodos educacionais repressivos e impositivos vão merecer de Einstein críticas acerbas. Uma nova redação da frase, na qual se preservam a correção e o seu sentido básico, poderá assim se constituir: **Críticas acerbas**
- (A) merecerão os métodos educacionais repressivos e impositivos da parte de Einstein.
(B) aos métodos de educação repressora e proibitiva se constituirão como o alvo de Einstein.
(C) de Einstein contemplarão meritoriamente os métodos educacionais frios e totalitários.
(D) contra a repressão dos sistemas educacionais fixos se suprimirão nas posições de Einstein.
(E) de Einstein irão de encontro aos métodos educacionais inflexíveis e repressores.
12. É plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Diante dos extremos políticos, Einstein optou pela observância de ideais humanistas que, uma vez alcançados, contemplariam a todos.
(B) O que Einstein não admitia, era que tomassem o fato de ser um célebre físico, para o distinguirem das pessoas comuns, como um grande pensador.
(C) Aos métodos repressivos, Einstein respondia com propostas, que contemplariam sobretudo, a liberdade e a criatividade pessoais.
(D) A ciência e a religião, em si mesmas não constituíam, propriamente um antagonismo, senão uma convergência na percepção de Einstein.
(E) Não se esperava, que nos últimos anos de vida, Einstein se dedicasse com vigor, a reflexões sobre contingências políticas e culturais de seu tempo.
13. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Einstein notabilizou-se como um grande físico.
II. Einstein refletiu criticamente sobre os valores humanistas.
III. Entre os valores humanistas Einstein deu destaque à educação.
- Essas três afirmações integram-se com coerência, correção e clareza neste período único:
- (A) Einstein, notabilizado como um grande físico, deu destaque aos valores humanistas da educação em suas reflexões críticas.
(B) O grande físico Einstein, a par de criticar os valores humanistas, deu destaque sobretudo à educação, sobre a qual refletiu especialmente.
(C) Não obstante tenha sido um grande físico, Einstein destacou a educação como um dos valores humanistas a serem criticados e refletidos.
(D) Os valores humanistas mereceram de Einstein, notável como um grande físico, reflexões críticas inclusive com destaque à educação.
(E) Os valores de uma educação humanista, conquanto fosse Einstein um grande e notabilizado físico, mereceram dele reflexões críticas de destaque.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, as sessões do Tribunal serão conduzidas pelo Presidente ou,
- (A) apenas quando ele for Relator, pelo Vice-Presidente; ausentes ambos, pelo membro do Tribunal mais antigo.
(B) na sua ausência ou quando ele for Relator, pelo Vice-Presidente; ausentes ambos, pelo membro do Tribunal mais antigo.
(C) na sua ausência ou quando ele for Relator, pelo Vice-Presidente; ausentes ambos, pelo membro do Tribunal mais idoso.
(D) apenas quando ele for Relator, pelo Vice-Presidente; ausentes ambos, pelo membro do Tribunal mais idoso.
(E) apenas na sua ausência, pelo Vice-Presidente; ausentes ambos, pelo membro do Tribunal mais antigo.
15. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, compete, dentre outras atribuições, ao Tribunal Pleno, originariamente, processar e julgar
- (A) a restauração dos autos dos processos de competência das Varas do Trabalho e, também, as exceções de incompetência, suspeição ou de impedimento apenas de seus membros.
(B) os mandados de segurança contra atos e decisões, exceto administrativas ou provenientes da Comissão de concursos para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, do próprio Tribunal, de suas Turmas, de seu Presidente, dos seus membros e das demais autoridades sob a sua jurisdição em matéria trabalhista.
(C) os *habeas corpus* contra atos dos Juizes das Varas do Trabalho e, também, os conflitos de competência ou de atribuições entre as Turmas e Varas do Trabalho.
(D) os conflitos de competência ou de atribuições entre as Turmas e Varas do Trabalho e, também, as exceções de incompetência, suspeição ou de impedimento apenas de seus membros.
(E) a restauração dos autos dos processos de competência das Varas do Trabalho e, também, editar e revisar a súmula da jurisprudência do Tribunal, não podendo, entretanto, cancelá-la.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Considere 4 números, x , y , z e w , com $x \times y = 10$, $y \times z = 6$ e $z \times w = 15$. O valor de $x \times w$ é
- (A) 30.
(B) 60.
(C) 150.
(D) 25.
(E) 45.
-
17. Uma competição esportiva entre Alemanha, Brasil e Canadá foi realizada com 10 crianças. O Canadá teve o maior número de participantes na competição. A equipe da Alemanha contou com o mesmo número de meninas e meninos, o mesmo acontecendo com a equipe do Brasil. É correto afirmar que
- (A) o Brasil teve em sua equipe apenas uma menina.
(B) o Canadá teve 4 participantes.
(C) a Alemanha teve 4 participantes.
(D) o Canadá teve duas meninas em sua equipe.
(E) o Brasil teve duas meninas em sua equipe.
-
18. Um telhado de 100 m^2 será coberto por telhas. Cada telha cobre $0,1 \text{ m}^2$. Assim, será necessário comprar 1 100 telhas para uma margem de segurança por causa das quebras. A margem de segurança utilizada é
- (A) 12%.
(B) 8%.
(C) 5%.
(D) 11%.
(E) 10%.
-
19. O número 150 foi multiplicado por 2 ou por 3. Em seguida, ao resultado do produto, foi somado 1 ou 2. Por fim, o número obtido foi dividido por 3 ou 4. Sabendo-se que a divisão teve resto zero, o quociente da divisão foi
- (A) 112.
(B) 114.
(C) 113.
(D) 111.
(E) 110.
-
20. Um determinado avião possui capacidade para 60 passageiros a serem acomodados em 3 fileiras, A, B e C, com igual número de poltronas. Em uma determinada viagem, 75% das poltronas foram ocupadas, sendo que o número total de passageiros acomodados nas fileiras A e C foi o dobro do número de passageiros acomodados na fileira B. O número de passageiros acomodados na fileira B foi
- (A) 20.
(B) 15.
(C) 10.
(D) 8.
(E) 5.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo e Administração Pública**

21. Editada lei instituindo programa de regularização fundiária para atendimento de famílias de baixa renda instaladas em núcleos habitacionais informais, foi elaborada minuta de decreto estabelecendo os critérios de identificação dos ocupantes, dimensão das unidades e procedimento para solicitação do benefício. A edição do decreto expressa manifestação do poder
- (A) disciplinar, típico do Chefe do Executivo e destinado a instituir direitos e obrigações aos administrados sujeitos à tutela daquela autoridade.
 - (B) hierárquico, considerando que o decreto é ato normativo infralegal, não podendo, portanto, ampliar o espectro de direitos instituído pela norma superior.
 - (C) regulamentar, destinado a explicitar o conteúdo de lei, admitida a definição de critérios de identificação dos beneficiários porque objeto de delegação pela norma legal regulamentada.
 - (D) normativo, que admite a instituição de direitos aos administrados, como forma de explicitação ou suprimento de lacuna de lei.
 - (E) de polícia administrativa, porque destinado a explicitar o conteúdo da norma originária regulamentada.
-
22. A prestação de serviços públicos pode
- (A) ser objeto de atividade direta do poder executivo, por meio de órgão integrante de sua estrutura administrativa, hipótese em que a continuidade da prestação fica sujeita à discricionariedade do administrador.
 - (B) depender da cobrança de tarifa diretamente do usuário, o que concede a este o direito de exigir a observância ao princípio da regularidade da prestação, facultativo nas hipóteses de prestação gratuita.
 - (C) exigir cobrança de tarifa dos usuários diretos e indiretos, sendo vedada a instituição de gratuidades em razão dos princípios da isonomia e da universalidade.
 - (D) ser objeto de atividade direta ou indireta da Administração pública, reconhecido direito dos usuários de exigir a observância do princípio da modicidade tarifária.
 - (E) ser discricionária a qualquer das esferas e entes federados, nos casos em que não houver previsão legal sobre a titularidade e obrigatoriedade de prestação, impondo-se, neste caso, apenas, a observância do princípio da segurança em favor dos usuários.
-
23. Identifica-se a natureza de determinado ato como administrativo quando, dentre outras hipóteses,
- (A) editado por autoridade integrante dos quadros de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública, assim não se considerando quando emanados de entes com natureza jurídica de direito privado.
 - (B) veicular manifestação de vontade da Administração pública e tiver sido editado por agente público no regular exercício de suas funções, para fins de reconhecimento ou atribuição de direito a um administrado.
 - (C) tiver a motivação de sua edição explicitada no corpo da manifestação de vontade, sendo facultativa a existência do motivo da edição.
 - (D) quando o escopo de sua edição for o atingimento de uma finalidade pública, não se considerando como tal os atos que conferem ou reconhecem direitos aos administrados.
 - (E) tiver observado forma específica prevista em lei, não se admitindo tal natureza aos atos inominados editados no exercício de funções ordinárias da Administração pública.
-
24. A concorrência, modalidade de licitação prevista na Lei Federal nº 14.133/2021,
- (A) configura regra geral para todas as aquisições e contratações realizadas pelo Poder Público, admitindo-se, excepcional e expressamente, a adoção de outra modalidade licitatória para casos específicos.
 - (B) admite o estabelecimento de diversos critérios de julgamento, a exemplo do maior preço e maior desconto, não sendo mais autorizado critério de técnica e preço, em prol do princípio da maior competitividade.
 - (C) é obrigatória para adoção do sistema de registro de preços, como forma de expressão dos princípios da maior competitividade e da maior vantajosidade à Administração pública.
 - (D) é preferencial ao pregão, por força de expressa disposição legal, destinada a permitir ampliação do número de competidores e admitir sigilo com relação aos valores das propostas.
 - (E) não é obrigatória para a alienação de bens imóveis pela Administração pública, mas sim para a contratação de serviços especiais de engenharia.



25. A organização administrativa contempla
- (A) divisão em órgãos, como unidades de desconcentração desprovidas de personalidade jurídica e ausentes na estrutura das pessoas jurídicas integrantes da Administração pública indireta.
 - (B) estruturação em unidades de atuação denominadas órgãos, cuja competência para criação e extinção insere-se no rol de atribuições do Chefe do Executivo, por meio de ato normativo de sua autoria.
 - (C) descentralização por instituição de órgãos públicos como unidades de competência e decisão, cuja vacância de servidores acarreta sua extinção, independentemente da edição de outro ato para tanto.
 - (D) divisão em órgãos, que podem ser integrados por apenas um agente público, não se exigindo composição coletiva, bem como serem constituídos por outros órgãos.
 - (E) subdivisão em órgãos, conceituados como públicos quando na estrutura da Administração direta, e privados, quando integrarem entes da Administração indireta.
-
26. A propósito das contratações realizadas pela Administração pública,
- (A) impõem prerrogativas à Administração pública contratante, das quais decorre, em muitos casos, obrigação de compensação ou de indenização em favor do contratado.
 - (B) devem observar a disciplina e regime aplicável aos contratos administrativos, sendo vedada a formalização de instrumentos contratuais de direito privado.
 - (C) dependem de autorização legislativa sempre que o valor representativo do objeto não puder ser liquidado no mesmo exercício em que formalizado o instrumento.
 - (D) impõem a observância das prerrogativas da Administração pública, a exemplo da possibilidade de alteração unilateral do contrato, seja quanto ao valor ou ao objeto.
 - (E) é vedada a rescisão antecipada, salvo por consenso entre as partes, sendo obrigatória, neste caso, a satisfação integral do objeto contratado.
-
27. Uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público integrante da Administração indireta de determinado ente federado
- (A) submete-se a regime jurídico de direito público, transitoriamente, durante o tempo em que exercer aquele *múnus* público típico da Administração direta.
 - (B) é dotada de patrimônio e administração próprios, regidos pelo direito privado, a despeito da natureza jurídica de direito público em relação a seu escopo institucional, expressamente previsto em seu Estatuto Social.
 - (C) possui os mesmos direitos e obrigações típicos das empresas privadas que executem o mesmo objeto, pois, por força de expressa disposição legal, submeteu-se a prévio procedimento licitatório para a constituição de vínculo jurídico com a Administração pública.
 - (D) desempenha poder de polícia típico da Administração pública direta, prescindindo, pois, de previsão legal para prática de atos de constrição de patrimônio privado, sempre que a medida se mostrar favorável à proteção dos serviços públicos que desempenha.
 - (E) pode sofrer inflexões do regime jurídico de direito público no que concerne às atividades e bens afetados ao serviço público que executa, a despeito de sua natureza jurídica de direito privado.
-

Noções de Orçamento Público

28. O Governo Federal verificou a necessidade de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Para tanto, é necessário que essa medida seja implementada na lei que instituir
- (A) o plano plurianual.
 - (B) as diretrizes orçamentárias.
 - (C) o orçamento anual.
 - (D) o relatório resumido da execução orçamentária.
 - (E) o anexo de metas fiscais.
-



29. Considere os seguintes itens:

- I. Despesas relativas à dívida pública mobiliária.
- II. Despesas relativas à dívida pública contratual.
- III. Refinanciamento da dívida pública.
- IV. Despesas relativas ao custeio administrativo do Banco Central do Brasil.

Consoante dispõe a Lei Complementar nº 101/2000, devem constar da lei orçamentária anual da União, ainda que separadamente, o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

30. O Governo Federal incluiu no projeto da lei orçamentária anual autorização para a contratação de operação de crédito. Em um primeiro momento, foi observado que isso não seria possível porque a lei orçamentária anual não pode conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa. Todavia, posteriormente, essa constatação foi corrigida tendo em vista que a autorização para a contratação de operação de crédito é EXCEÇÃO constitucional ao princípio orçamentário

- (A) da unidade.
- (B) da não afetação.
- (C) da universalidade.
- (D) da exclusividade.
- (E) do equilíbrio.

31. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, EXCLUÍDAS as que incidam sobre

- (A) auxílios, subvenções e contribuições.
- (B) inexigibilidade de licitação por fornecedor exclusivo.
- (C) despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- (D) despesas de caráter continuado.
- (E) dotações para pessoal e seus encargos.

32. O Governo Federal consignou os seguintes itens no orçamento:

- I. Dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- II. Dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- III. Dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Consoante disposto na Lei nº 4.320/1964, esses itens devem ser classificados, respectivamente, como

- (A) transferências de capital, transferências correntes e inversões financeiras.
- (B) transferências correntes, inversões financeiras e investimentos.
- (C) transferências de capital, investimentos e transferências correntes.
- (D) inversões financeiras, investimentos e transferências correntes.
- (E) transferências correntes, inversões financeiras e transferências de capital.

33. A Lei Complementar 101/2000 estabeleceu como base de cálculo para o cumprimento de limites de gastos com pessoal a receita corrente líquida. Nos termos dessa norma, integram a receita corrente líquida as receitas

- (A) tributárias e operações de crédito.
- (B) de contribuições e transferências correntes.
- (C) patrimoniais e alienação de bens.
- (D) industriais e amortização de empréstimos.
- (E) de serviços e transferências de capital.

**Noções de Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 34 a 40, considere a Constituição Federal de 1988.

34. O pescador artesanal que exerça sua atividade em regime de economia familiar
- (A) e que tenha empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e fará jus aos benefícios nos termos da lei.
 - (B) é isento de contribuição para a seguridade social, desde que não tenha empregados permanentes.
 - (C) e que não tenha empregados permanentes contribuirá para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e fará jus aos benefícios nos termos da lei.
 - (D) é isento de contribuição para a seguridade social, ainda que tenha empregados permanentes.
 - (E) e que não tenha empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre um valor fixo que independe do resultado da comercialização da produção.

35. Considere:

- I. Ações sobre representação sindical entre sindicatos.
- II. Ações de indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho.
- III. Crimes contra a organização do trabalho.

A competência para processar e julgar os itens I, II e III é da Justiça

- (A) do Trabalho; da Justiça do Trabalho; e da Justiça Federal, respectivamente.
- (B) do Trabalho, nas três situações.
- (C) Federal; da Justiça do Trabalho; e da Justiça Federal, respectivamente.
- (D) Federal, nas três situações.
- (E) Federal; da Justiça Federal; e da Justiça do Trabalho, respectivamente.

36. A decretação da intervenção da União em determinado Estado brasileiro, a fim de garantir o livre exercício do Poder Judiciário naquela unidade da Federação,

- (A) dependerá de requisição do Presidente da República.
- (B) não poderá ocorrer por expressa vedação constitucional.
- (C) dependerá de solicitação do Congresso Nacional.
- (D) dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal.
- (E) independe de qualquer requisição ou solicitação de qualquer um dos Poderes.

37. Rodolfo irá participar das eleições que se aproximam, candidatando-se a Governador do Estado "X". Suponha-se que ele seja eleito e que sua esposa, Leonice, resolva, nas eleições seguintes, durante o exercício do mandato de seu marido como Governador, candidatar-se pela primeira vez a Prefeita do Município "Y", que se localiza dentro do Estado governado por Rodolfo. Nesse caso hipotético, considerando-se apenas as informações fornecidas, Leonice será

- (A) inelegível, podendo se candidatar ao cargo que almeja apenas cinco anos depois do término do exercício do cargo de Governador de seu marido.
- (B) elegível, tendo em vista que o seu mandato não seria exercido no mesmo território de jurisdição que seu marido.
- (C) inelegível, pois os cônjuges de titulares de mandato eletivo não podem se candidatar a nenhum cargo político.
- (D) elegível, pois não há qualquer limitação territorial quanto à candidatura de cônjuges de titulares de mandato eletivo.
- (E) inelegível, tendo em vista que exerceria o seu mandato no território de jurisdição de seu marido.

38. Considere:

- I. A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- II. A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- III. O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Observadas as condições estabelecidas em lei, a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização, dentre outras, da(s) atividade(s) prevista(s) em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.



39. Mirian e Frederic são estrangeiros e estão no Brasil há seis anos a serviço do país deles. Durante esse período, Mirian engravidou e seu filho, Saul, nasceu em solo brasileiro. Nesse caso, considerando-se apenas as informações fornecidas, Saul
- (A) não é brasileiro nato, pois seus pais estão no Brasil a serviço de seu país de origem.
 - (B) é brasileiro nato, pois nasceu em território brasileiro.
 - (C) não é brasileiro nato, pois seus pais estão no Brasil há menos de dez anos.
 - (D) é brasileiro nato, pois seus pais estão no Brasil há mais de cinco anos.
 - (E) não é brasileiro nato, independentemente de seus pais estarem a serviço do país, tendo em vista que são, ambos, estrangeiros.
-
40. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor, dentre outras, sobre as matérias referentes
- (A) à concessão de anistia; à fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; e a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
 - (B) à concessão de anistia; à fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; aos limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
 - (C) à concessão de anistia; ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; e convocar plebiscito.
 - (D) aos limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União; ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; e convocar plebiscito.
 - (E) à concessão de anistia; convocar plebiscito; e a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
-

Noções de Direito do Trabalho

41. Matias é dispensado sem justa causa e, no décimo dia do aviso prévio trabalhado, se recusa a cumprir ordens de trabalho dadas por seu chefe imediato, afirmando, em alto e bom som, que, como está em aviso prévio, não está mais obrigado a fazer o que o empregador quiser. Diante de tal fato, imediatamente recebe o comunicado de dispensa por justa causa, com fundamento em ato de insubordinação. Considerando tal situação, com base na CLT e jurisprudência sumulada do TST, a dispensa por justa causa é
- (A) inválida, tendo em vista que durante o aviso prévio não há a possibilidade de se aplicar justa causa ao empregado.
 - (B) inválida, tendo em vista que durante o aviso prévio somente pode ser aplicada a justa causa por abandono de emprego.
 - (C) válida, perdendo o empregado o restante do prazo do aviso prévio, mas recebendo as demais verbas rescisórias.
 - (D) válida, perdendo o empregado o restante do prazo do aviso prévio e também as verbas rescisórias de natureza indenizatória.
 - (E) válida, mas somente vai gerar seus efeitos na data do término do aviso prévio, tendo o empregado que cumprir o restante do prazo, com perda do direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
-
42. Dielma foi contratada em 04/07/2016 pela Limpe Já Indústria e Comércio Ltda., exercendo suas atividades laborais na fabricação de produtos de limpeza. Estando exposta a agentes insalubres, Dielma recebe desde sua contratação o adicional de insalubridade correspondente. No início de 2022, a empresa investiu em amplas medidas de proteção coletiva e comprou novos e modernos equipamentos de proteção individual para os empregados, todos com aprovação do órgão competente do Poder Executivo, tendo alterado sensivelmente o ambiente de trabalho. A empresa de Engenharia e Segurança do Trabalho contratada para fazer a avaliação das medidas adotadas pela Limpe Já apresentou laudo técnico concluindo pela eliminação ou neutralização da insalubridade em todos os ambientes de trabalho, inclusive no setor no qual Dielma trabalha. Considerando esses fatos, a Limpe Já, nos termos da CLT e jurisprudência sumulada do TST,
- (A) pode deixar de pagar o adicional de insalubridade para Dielma, não havendo que se falar em redução salarial e não sendo devida qualquer indenização pela supressão.
 - (B) pode deixar de pagar o adicional de insalubridade para Dielma, não havendo que se falar em redução salarial, mas terá que pagar, pela supressão, indenização, em parcela única, correspondente à média do valor do adicional de insalubridade, por ano em que o mesmo foi recebido.
 - (C) pode deixar de pagar o adicional de insalubridade para Dielma tendo em vista que, quando da adoção das medidas que eliminaram ou neutralizaram a insalubridade, ainda não havia completado cinco anos de recebimento da parcela, período mínimo previsto em lei.
 - (D) não pode deixar de pagar o adicional de insalubridade para Dielma, tendo em vista que se trata de verba de natureza salarial que se incorpora ao salário, e sua supressão implica em redução salarial.
 - (E) não pode deixar de pagar o adicional de insalubridade para Dielma, pois sua exposição a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, se deu por mais de dois anos, sendo que a permanência do pagamento do adicional em casos como esse tem finalidade indenizatória.
-



43. Em 03/01/2022 Almir celebrou com a empresa Hidrax Importação e Exportação Ltda. contrato por prazo determinado, com duração de oito meses. Durante a vigência do contrato, fez horas extras habituais, recebendo mensalmente o adicional correspondente. Ao término de vigência do contrato, Almir, conforme legislação pertinente e jurisprudência sumulada do TST,
- (A) faz jus ao 13º salário, de forma integral, tendo em vista que o contrato foi pactuado com duração superior a seis meses, sendo que a remuneração do serviço suplementar habitualmente prestado integra o cálculo desse direito.
 - (B) faz jus ao 13º salário, de forma proporcional, ainda que a relação de emprego tenha findado antes de dezembro, sendo que a remuneração do serviço suplementar habitualmente prestado integra o cálculo desse direito.
 - (C) faz jus ao 13º salário, de forma proporcional, mas a remuneração do serviço suplementar habitualmente prestado não integra o cálculo desse direito.
 - (D) não faz jus ao 13º salário, pois se trata de contrato por prazo determinado, não havendo que se falar em integração de valores correspondentes à remuneração do serviço suplementar habitualmente prestado.
 - (E) não faz jus ao 13º salário, pois se trata de contrato por prazo determinado findo antes de dezembro, que é o período fixado por lei para pagamento desse direito.
-
44. Josielma foi contratada em 04/01/2021 pela empresa Força e Luz Geradora de Energia Ltda. Em 04/07/2022 iniciou seu primeiro período de férias referentes ao primeiro período aquisitivo, recebendo a remuneração de férias e o terço constitucional em 06/07/2022, quinto dia útil subsequente ao mês vencido. Analisando a situação à luz da CLT e jurisprudência sumulada do TST, Josielma tem direito ao pagamento em dobro da remuneração de férias,
- (A) incluído o terço constitucional, porque as férias não foram gozadas na época própria.
 - (B) mas não do terço constitucional, porque as férias não foram gozadas na época própria.
 - (C) incluído o terço constitucional, porque o empregador não fez o pagamento respectivo até dois dias antes do início do respectivo período.
 - (D) incluído o terço constitucional, porque o empregador não fez o pagamento respectivo na data em que o período de férias teve início.
 - (E) mas não do terço constitucional, porque o empregador não fez o pagamento respectivo até dois dias antes do início do respectivo período.
-
45. Considerando que um de seus dependentes foi diagnosticado como portador do vírus HIV, Melina, a fim de custear o tratamento, pretende levantar o saldo existente em sua conta vinculada ao FGTS e, para isso, formulou requerimento junto à Caixa Econômica Federal. O pedido de Melina, com base na legislação, será
- (A) indeferido, tendo em vista que a lei restringe a movimentação da conta vinculada ao FGTS à hipótese em que o titular da mesma é portador do vírus HIV, não se estendendo a previsão aos dependentes.
 - (B) indeferido, tendo em vista que o fato de o titular da conta ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV não é previsto entre as hipóteses de movimentação da conta vinculada ao FGTS.
 - (C) indeferido, tendo em vista que para a movimentação da conta vinculada ao FGTS não basta que o titular da conta ou qualquer de seus dependentes seja portador do vírus HIV, sendo necessário o diagnóstico de doença grave consequente.
 - (D) deferido, tendo em vista que o titular da conta do FGTS tem livre movimentação sobre o valor nela depositado em decorrência do seu contrato de trabalho.
 - (E) deferido, tendo em vista tratar-se de hipótese que autoriza a movimentação da conta vinculada ao FGTS.
-
46. As empresas Refresh Indústrias de Bebidas S/A e Sol Maior Empreendimentos Imobiliários Ltda. integram o mesmo grupo econômico. Pretendendo concentrar seus esforços no negócio de produção de bebidas, os proprietários e gestores das empresas vendem a Sol Maior para a empresa HWSS Incorporações Ltda. Após um ano da venda da Sol Maior para a HWSS, a Refresh começou a passar por dificuldades financeiras e não vem pagando diversos direitos trabalhistas de seus empregados. Considerando esse cenário, os trabalhadores que não receberem seus direitos da empregadora Refresh, conforme a CLT e entendimento pacificado do TST,
- (A) podem pleitear a responsabilização solidária da Sol Maior, pois esta empresa foi integrante do mesmo grupo econômico.
 - (B) podem pleitear a responsabilidade solidária da HWSS, como sucessora, pois esta adquiriu a Sol Maior, que era empresa integrante do mesmo grupo econômico da Refresh.
 - (C) não podem pleitear a responsabilidade solidária da HWSS, pois o sucessor não responde por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (D) não podem pleitear a responsabilidade solidária da HWSS, pois a mesma fez uma aquisição apenas parcial, ou seja, de apenas uma das empresas integrantes do grupo econômico, o que não caracteriza sucessão.
 - (E) não podem pleitear a responsabilidade solidária da HWSS, mas sim a responsabilidade subsidiária em razão da aquisição de empresa integrante do grupo econômico, ainda que, à época, a empresa devedora direta fosse solvente ou idônea economicamente.



47. Ivandro trabalha em um banco e, entre suas atividades, está a venda de papéis ou valores mobiliários de outras empresas. A vantagem pecuniária por ele auferida nessa atividade de venda de papéis ou valores mobiliários, conforme a jurisprudência sumulada do TST, integra sua remuneração se a
- (A) outra empresa pertencer ao mesmo grupo econômico do banco empregador, e se a atividade for exercida no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do empregador.
 - (B) outra empresa pertencer ao mesmo grupo econômico do banco empregador, se a atividade for exercida no horário e no local de trabalho, e desde que realizada com o consentimento expresso do empregador.
 - (C) outra empresa pertencer ao mesmo grupo econômico do banco empregador, e se a atividade for exercida no horário e no local de trabalho, não tendo relevância ter havido ou não o consentimento do empregador.
 - (D) atividade for exercida no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador, independentemente de a outra empresa pertencer ou não ao mesmo grupo econômico.
 - (E) outra empresa pertencer ao mesmo grupo econômico do banco empregador e se este tiver consentido, tácita ou expressamente, não sendo relevante para tal consequência se a atividade é ou não exercida no horário e no local de trabalho.

Noções de Direito Processual do Trabalho

48. Tamara, Gilmar e Felipe estão na sala de espera do escritório de seu advogado e conversam sobre seus problemas trabalhistas. Tamara foi empregada celetista da Prefeitura Municipal de uma cidade e entende que não recebeu horas extras, no valor de R\$ 20.000,00. Gilmar trabalhou para a Padaria Cristal Ltda. e pretende cobrar férias e diferenças de FGTS, no valor de R\$ 15.000,00. Felipe conta que prestou serviços para a ONG Viva Feliz, pretende o reconhecimento de vínculo empregatício e faz uma previsão de que lhe são devidos R\$ 25.000,00, mas possui somente duas testemunhas para provar suas alegações. Considerando tais informações, poderão valer-se do procedimento sumaríssimo no ajuizamento de suas reclamações trabalhistas:
- (A) Tamara e Gilmar, apenas.
 - (B) Tamara, Gilmar e Felipe.
 - (C) Gilmar e Felipe, apenas.
 - (D) Tamara e Felipe, apenas.
 - (E) Gilmar, apenas.
-
49. Lindomar, advogado, recebeu a publicação da procedência em parte de uma reclamação trabalhista que tramita por meio de processo eletrônico, disponibilizada em 10/03 (6^a-feira), mas com data de 09/03 (5^a-feira). Ele está em dúvida quanto ao seu prazo para ingressar com recurso ordinário, porque dia 15/03 (4^a-feira) é feriado municipal, e pergunta para uma colega, que esclarece que seu prazo final será em
- (A) 23/03.
 - (B) 22/03.
 - (C) 20/03.
 - (D) 17/03.
 - (E) 21/03.
-
50. A Associação Filantrópica Gratidão está sendo executada em reclamação trabalhista movida por Fátima. Após a homologação dos cálculos de liquidação e não concordando com eles, a Associação ingressou com embargos à execução. Nesse caso e de acordo com a CLT:
- (A) os embargos não serão processados, uma vez que somente para Fátima, na interposição de impugnação aos cálculos de liquidação, não há exigência de garantia do juízo ou penhora de bens.
 - (B) os embargos não serão processados, uma vez que para seu recebimento há necessidade de garantia do juízo ou penhora de bens.
 - (C) o juiz deverá intimar a Associação para garantir o juízo, dentro de 5 dias, sob pena de não conhecimento dos embargos.
 - (D) os embargos serão processados, uma vez que não há exigência para as entidades filantrópicas de que o juízo esteja garantido ou penhorados bens.
 - (E) o juiz deverá receber os embargos, mas somente dará prosseguimento aos seus trâmites quando o juízo estiver garantido ou com a penhora de bens.
-
51. Vera é secretária da uma clínica odontológica. Ela era sócia de uma empresa de vigilância que encerrou suas atividades e deixou de quitar as verbas rescisórias de seus ex-empregados. Assim, ela foi incluída em uma das reclamações trabalhistas, tendo sua conta-salário sofrido penhora *on-line*. Diante do exposto e de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência predominante do TST:
- (A) somente os vencimentos advindos de cargos públicos são considerados impenhoráveis, razão pela qual, sendo empregada no setor privado, seu salário pode ser penhorado.
 - (B) a critério do juiz do trabalho, até 70% do salário poderá ser penhorado, tendo em vista o caráter alimentar do crédito trabalhista.
 - (C) somente os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios são considerados bens impenhoráveis, devendo ser mantida a penhora.
 - (D) 50% dos salários podem ser penhorados, uma vez que o restante garante a subsistência da empregada, tendo em vista o caráter alimentar do crédito trabalhista.
 - (E) os valores penhorados devem ser desbloqueados e devolvidos, pois salários são considerados bens impenhoráveis.



52. Regina, advogada, possui 40 anos de idade e sonha um dia em ser Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, composto por I Ministros. Para que isso seja possível, Regina, dentre outros requisitos, deverá ser indicada por seu órgão de classe profissional, para compor a vaga destinada aos advogados com mais de II anos de efetiva atividade profissional, e que tenha mais de III anos e menos de IV anos de idade.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I**, **II**, **III** e **IV** devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) 27 – 10 – 35 – 70
- (B) 11 – 10 – 35 – 65
- (C) 17 – 15 – 30 – 70
- (D) 27 – 15 – 35 – 65
- (E) 17 – 20 – 30 – 75

53. Na audiência UNA da reclamação trabalhista movida por Arnaldo, cujo valor da causa é R\$ 60.000,00, uma de suas testemunhas convidadas chamada Inês não compareceu, não sendo apresentado nenhum documento que comprovasse o convite. O advogado de Arnaldo requereu o adiamento da audiência, comprometendo-se a intimá-la da próxima data. A reclamada impugnou tal pedido, sob duas alegações: de que o reclamante não comprovou o efetivo convite à testemunha, bem como que Inês também move ação contra a empresa, cuja audiência será somente no final do ano, data em que Arnaldo passará por uma cirurgia e não será testemunha de Inês. De acordo com a CLT e o entendimento sumulado do TST,

- (A) a audiência deve ser redesignada, com a intimação de Inês, não havendo necessidade de comprovação de convite à testemunha, nesse caso; entretanto, o juiz alertou que Inês não será ouvida como testemunha, mas na qualidade de informante, uma vez que move reclamação contra a reclamada.
- (B) o juiz alertará o reclamante de que deve ouvir as testemunhas presentes, indeferindo seu pedido de adiamento, tendo em vista que Arnaldo deveria ter comprovado efetivamente o convite feito à Inês, independentemente de Inês mover ação contra a empresa.
- (C) a audiência deve ser redesignada para intimação de Inês, não havendo necessidade de comprovação de convite à testemunha, nesse caso. O simples fato de Inês mover ação contra a empresa não é motivo para que não possa ser testemunha de Arnaldo.
- (D) o juiz alertará Arnaldo que poderá ouvir somente as testemunhas presentes, indeferindo seus pedidos de adiamento da audiência e intimação de Inês, tendo em vista a obrigatoriedade de comprovação efetiva do convite feito a Inês, nesse caso. Outrossim, Inês não pode ser sua testemunha, sendo considerada suspeita, por mover ação contra a empresa.
- (E) a audiência deve ser redesignada, com a intimação de Inês, não havendo necessidade de comprovação de convite à testemunha, nesse caso. Outrossim, para que fique comprovado que Arnaldo realmente não será testemunha de Inês, caracterizando troca de favores, a próxima audiência será marcada para data posterior à audiência da reclamação movida por Inês.

54. Aparecida está estudando para um concurso e, no tema recurso de revista, nos termos da CLT e do entendimento sumulado do TST, é certo que:

- (A) esse recurso não é cabível contra decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença.
- (B) não é cabível a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- (C) dada a relevância da matéria, tal recurso possui efeitos devolutivo e suspensivo em todos os casos.
- (D) para ser conhecido, o TST examinará se o recurso de revista oferece transcendência com reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- (E) da decisão do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho que denegar seguimento ao recurso de revista, poderá ser interposto agravo de instrumento, no prazo de 10 dias úteis.

Gestão de Pessoas

55. Considere que determinada organização cujos líderes sempre atuaram com base no conceito de liderança transformacional passe, agora, a adotar uma abordagem de liderança transacional. Essa mudança de paradigma ensejará

- (A) uma maior preocupação com a satisfação da equipe, passando-se de um modelo focado em metas para outro que prioriza o clima organizacional.
- (B) o estabelecimento de uma relação de troca entre líder e liderados, na qual as recompensas são atreladas ao atingimento dos resultados.
- (C) a participação de toda a equipe na formulação de objetivos estratégicos, com menor preocupação em mensuração de resultados ou atingimento de metas.
- (D) maior foco no desenvolvimento de habilidades comportamentais da equipe, bem como da comunicação do líder.
- (E) a adoção de um processo de renovação das lideranças, enfatizando a transmissão de informações e capacitação de novos líderes.



56. Suponha que uma consultoria especializada tenha avaliado a qualidade da gestão organizacional de determinada instituição e, entre os vários aspectos abordados no relatório de diagnóstico, tenha apontado um maior número de decisões “não programadas”, comparativamente àquelas ditas “programadas”. Considerando os conceitos correntes sobre tal categorização, referida instituição
- (A) encontra-se em um estágio ainda embrionário de gestão organizacional, com possíveis lacunas entre diagnóstico dos problemas, seu endereçamento e respectiva resolução.
 - (B) possui evidente falha em seus processos de avaliação e resolução de problemas, valendo-se de soluções precárias na maior parte das decisões adotadas em seu processo de gestão.
 - (C) adota um modelo de decisões intuitivas, em detrimento de decisões racionais, o que, não necessariamente, indica menor eficácia das decisões ou falha de processo decisório.
 - (D) defrontou-se com um maior número de situações em que não foi possível valer-se de soluções padronizadas e disponíveis em seu acervo, demandando soluções individualizadas.
 - (E) tem por escopo atividades eminentemente operacionais e poucos processos de natureza intelectual.
-
57. Em um processo de gestão de desempenho, na etapa de avaliação, em que tenha sido checada a ocorrência de possíveis vícios ou desvios que podem acometer processos dessa natureza, apontou-se a ocorrência do denominado efeito halo, o que significa
- (A) a presença de viés por parte do avaliador em relação ao universo de avaliados, sendo mais leniente em relação a determinados grupos com os quais se identifica.
 - (B) a consideração apenas do desempenho e dos comportamentos mais recentes dos avaliados.
 - (C) tendência central por parte do avaliador, avaliando todos como medianos e evitando comprometer-se com resultados muito negativos.
 - (D) a contaminação do resultado global da avaliação a partir de um extrato específico de avaliados, tidos como muito ruins, distorcendo os resultados individuais.
 - (E) a extrapolação do resultado da avaliação de um aspecto específico do avaliado para todos os demais aspectos, levando a uma generalização indevida.
-
58. Uma das teorias que procura explicar o fenômeno da motivação no ambiente corporativo é a Teoria ERC, sustentada por Clayton Alderfer, em que
- (A) o comportamento das pessoas é orientado exclusivamente em função de recompensas financeiras.
 - (B) existem 3 categorias de necessidades a serem consideradas para gerar motivação: a existencial (necessidades básicas); a de relacionamento e a de crescimento.
 - (C) o ser humano não possui motivação intrínseca, necessitando de fatores indutores, positivos e negativos, especialmente um sistema de punições.
 - (D) apenas o desejo por reconhecimento e apreciação é que gera motivação verdadeira no ser humano.
 - (E) a motivação é gerada a partir de um campo dinâmico, influenciado pela valência que constitui fatores materiais e imateriais ligados à realização de suas tarefas.
-
59. Uma das metodologias comumente aplicadas para fins de diagnóstico organizacional e gestão de desempenho em diferentes instituições, o *Balanced Scorecard* (BSC), apresenta, como traço característico,
- (A) a descrição da estratégia considerando as perspectivas financeira, dos clientes, de processos internos e de aprendizado.
 - (B) a ponderação entre indicadores a partir da avaliação da perspectiva interna, com maior peso para as medidas não financeiras.
 - (C) a aplicação apenas a entidades privadas, dada a incompatibilidade dos objetivos públicos com os critérios de avaliação e medição preconizados.
 - (D) o estabelecimento de um *benchmarking* e a construção do mapa estratégico com sistema de pontuação para aferir o grau de aderência da instituição a tal modelo.
 - (E) a utilização exclusiva de indicadores financeiros e contábeis, a partir da aplicação de uma matriz de equalização.
-
60. Entre os modelos adotados para gestão estratégica de pessoas, pode-se citar a gestão por competências. Tal modelo pressupõe, para sua implementação, o mapeamento de:
- I. Competências disponíveis na organização.
 - II. Habilidades técnicas e comportamentais requeridas para cada cargo.
 - III. Melhores profissionais disponíveis em instituições concorrentes.
 - IV. Lideranças disponíveis para substituição de postos-chave.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I e II.